

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 45, DE 12 DE MAIO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência constante do inciso XXVIII, do Art. 28, da Resolução TREDF nº 7.772/2018, e o teor do Processo Administrativo nº 0001780-23.2020.6.07.8100, resolve:

Dispensar, a partir de 12/05/2020, o servidor JONISON AUGUSTO CONTE, Técnico Judiciário/Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, ora removido para este Tribunal, da substituição, nos afastamentos, impedimentos legais ou eventuais do titular, da função comissionada de Chefe da Seção de Editais e Contratos da Coordenadoria de Material e Contratações da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, código FC-6.

GUILHERME VALADARES VASCONCELOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 114, DE 11 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no art. 29 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990, considerando o teor da Portaria n. 51/2020 - DG e a decisão contida no Processo Administrativo Digital n. 006919/2020, resolve:

Art. 1º RECONDUZIR, a partir de 14/05/2020, MÁRCIA XAVIER DE AZEVEDO ao cargo efetivo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, Classe "C", Padrão "13", pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal deste Tribunal, em decorrência de desistência voluntária à submissão ao estágio probatório relativo ao cargo de Gestor Jurídico, Área Jurídica, na Secretaria de Estado da Administração do Governo do Estado de Goiás, nos termos do art. 29, inciso I, da Lei n. 8.112/90.

Art. 2º A recondução se dará no cargo vago (vaga n. 33) de Técnico Judiciário, Área Administrativa, anteriormente ocupado pela própria servidora, criado pela Lei 7.645, de 18/12/1987.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. LEANDRO CRISPIM

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 19.566, DE 13 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e à vista da decisão exarada no Processo Administrativo Eletrônico nº 0005166-12.2019.6.14.8000, resolve:

Art. 1º PRORROGAR pelo período de 01 (um) ano, com efeitos a contar de 10.06.2020, a cessão do servidor MARCOS ANTÔNIO BARREIROS LEÃO, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para a Câmara dos Deputados para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Parlamentar - CD-CC-SP-06, com a continuidade do ônus da remuneração do cargo efetivo para este Tribunal, órgão cedente, recaiando para o órgão cessionário apenas o pagamento da gratificação comissionada, nos termos do art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

PORTARIA Nº 19.568, DE 13 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º DISPENSAR, com efeitos a contar de 20.04.2020, o servidor ALEX ADAM RAMOS DE AQUINO, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 16ª Zona Eleitoral, com sede no município de Afuá, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 253, DE 13 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso XXIX, do Regimento Interno deste Tribunal, e considerando o contido no Processo Administrativo Digital nº 6577/2020, resolve:

Art. 1.º TORNAR SEM EFEITO a nomeação, efetuada por meio da Portaria n.º 251, de 12.05.2020, publicada no DOU n.º 90, de 13.05.2020, do candidato GABRIEL BRAGA CAMARGOS DE ALMEIDA, classificado em 14.º lugar em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, em virtude de desistência.

Art. 2.º NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público regido pelo Edital n.º 01/2017, a candidata SYLVIA MARIA SILVA PORTO, classificada em 16.º lugar em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n.º 6.082, de 17 de junho de 1974, vago em decorrência do falecimento da servidora Ana Lucia Pesch Martins, publicada na Portaria n.º 948, de 25 de novembro de 2019, no DOU n.º 234, em 04 de dezembro de 2019, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE nº 671/2018.

Art. 3.º TORNAR SEM EFEITO a nomeação, efetuada por meio da Portaria n.º 252, de 12.05.2020, publicada no DOU n.º 90, de 13.05.2020, da candidata NATALIA CAROLINE ANGELI NUNES, classificada em 45.º lugar em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, em virtude de desistência.

Art. 4.º NOMEAR, em virtude de habilitação em concurso público regido pelo Edital n.º 01/2017:

a) o candidato THOMAS CRISTIANO DOMINGUES COCHARSKI, classificado em 52.º lugar em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n.º 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, vago em decorrência do falecimento da servidora Daniele Maria Gonçalves de Pontes, publicada na Portaria n.º 834, de 16 de outubro de 2019, no DOU n.º 205, em 22 de outubro de 2019, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE nº 671/2018;

b) o candidato ALLAN RODRIGO SANTOS SILVA, classificado em 12.º lugar (na lista prevista pelo item 6.8, do Capítulo VI, do Edital n.º 01/2017) em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n.º 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, vago em decorrência de aposentadoria do servidor Geraldo Baranoski, publicada na Portaria n.º 855, de 23 de outubro de 2019, no DOU n.º 213, em 04 de novembro de 2019, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE nº 671/2018;

c) a candidata VIVIAN SANTOS CAMARA, classificada em 53.º lugar em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n.º 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, vago em decorrência

de posse em outro cargo inacumulável da servidora Ana Lucia Todeschini Martinez, publicada na Portaria n.º 1.019, de 16 de dezembro de 2019, no DOU n.º 07, em 10 de janeiro de 2020, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE nº 671/2018;

d) a candidata ISABELA DE PINHO PALLONE, classificada em 54.º lugar em Concurso Público de Provas, destinado ao provimento das vagas deste Tribunal, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 01, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n.º 6.082, de 17 de junho de 1974, vago em decorrência de aposentadoria da servidora Marileide Ribeiro de Camargo, publicada na Portaria n.º 326, de 24 de abril de 2019, no DOU n.º 81, em 29 de abril de 2019, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE nº 671/2018.

Art. 5.º Os candidatos, ora nomeados, terão o prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente ato para tomar posse no respectivo cargo, em conformidade com o § 1.º, do artigo 13, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União), com redação alterada pela Lei n.º 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Art. 6.º Os candidatos terão o prazo de 03 (três) dias, contados da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, para formalizar a escolha pelo local de lotação, a respeitar a classificação geral no concurso e as localidades ofertadas pelo Tribunal; caso os candidatos não apresentem sua escolha no prazo referido serão lotados conforme critério da Administração, nos locais não escolhidos por outros candidatos.

Art. 7.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TITO CAMPOS DE PAULA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

PORTARIA Nº 408, DE 12 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a solicitação contida no Ofício nº 742 da Procuradoria Geral da República do Distrito Federal, de 30 de março de 2020 (documento 0930038) e a Decisão nº 895, da Presidência deste Regional, de 4 de maio de 2020 (documento nº 0950173), inclusos nos autos do Processo SEI nº 0007200-12.2020.6.18.8000, resolve:

Art. 1º Renovar a cessão do servidor AURÉLIO SODRÉ ROCHA, Analista Judiciário, Área Judiciária, matrícula nº 286, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para o Ministério Público Federal, pelo período de 01 (um) ano, até 26 de maio de 2021, a fim de exercer função de confiança de Secretário, Nível I, da Assessoria da Procuradoria Regional Eleitoral, da Procuradoria da República no Estado do Piauí, sem ônus para o Ministério Público Federal, nos termos do art. 93, inciso I, § 1º da Lei nº 8.112/1990 c/c o art. 2º, §2º do Decreto nº 9.144/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

PORTARIA Nº 413, DE 13 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a indicação contida no Memorando nº 626 do Gabinete do Juiz Membro da Corte (GABJJ2), de 5 de maio de 2020 (documento 0953255) e o Despacho nº 20000 da Diretoria Geral deste Regional, de 11 de maio de 2020 (documento 0957877), inclusos no Processo SEI nº 0009721-27.2020.6.18.8000, resolve:

Art. 1º Designar a servidora ANA RÉGYA LÉLIS LEAL, Analista Judiciário, Área Administrativa, matrícula nº 438, do Quadro de Pessoal deste Regional, para o exercício da função comissionada de Assistente I (FC-1) do Gabinete do Juiz Membro da Corte (GABJJ2), lotando-a na mesma unidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 802, DE 6 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no artigo 93, inciso I, § 1º, da Lei 8.112/1990, na Portaria GPR 78/2018 e no contido no PA SEI 0006360/2020, resolve:

Prorrogar a cessão da servidora TACIANA LOPES DA ROCHA, matrícula 312.312, Analista Judiciário, Área Judiciária, Sem Especialidade, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, para continuar exercendo o Cargo em Comissão de Secretário Parlamentar, código CD-CC-SP-25, na Câmara dos Deputados, no Gabinete do Deputado Wolney Queiroz, com ônus do cargo efetivo para o cedente e do cargo em comissão para o cessionário, pelo prazo de um ano, até 02/06/2021, admitida a prorrogação, diante da manifestação de interesse dos órgãos envolvidos.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

PORTARIA Nº 803, DE 6 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no artigo 93, inciso I, § 1º, da Lei 8.112/1990, na Portaria GPR 78/2018 e no contido no PA 0007717/2014, resolve:

Prorrogar a cessão da servidora DANIELLA BEZERRA CARVALHO, matrícula 311.945, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Nível Intermediário, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Justiça, para continuar exercendo a Cargo em Comissão de Assessor Nível I, código CC-1, na Procuradoria Geral da República, com ônus do cargo efetivo para o TJDF e do cargo em comissão para o Ministério Público Federal, pelo prazo de um ano, até 19/06/2021, admitida a prorrogação, diante da manifestação de interesse dos órgãos envolvidos.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

PORTARIA Nº 837, DE 8 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA n. 6253/2020, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o artigo 2º da Portaria GPR 715, de 17 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, do dia 23 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

